

INFLAÇÃO

Análise e projeções de inflação

Sumário

Ao longo dos últimos meses, a desaceleração dos principais índices de preços ao consumidor revela que o processo de desinflação da economia brasileira vem se consolidando, mesmo diante de uma alta mais acentuada da inflação de alimentos. Em fevereiro, a inflação acumulada em doze meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou pelo quinto mês consecutivo, de modo que a taxa apurada de 4,5% não só se situa 1,1 ponto percentual (p.p.) abaixo da registrada nesse mesmo período de 2023, como também já se encontra dentro do intervalo de tolerância da meta de 3,0% estipulada para 2024.

Os dados desagregados mostram que, embora os preços administrados se constituam no principal foco de inflação corrente, este grupo já mostra sinais de arrefecimento, uma vez que, no acumulado em doze meses, a taxa de variação dos preços deste segmento recuou de 10,2%, em setembro, para 8,6%, em fevereiro. De forma semelhante, as curvas de inflação dos bens industriais e dos serviços livres também apresentam um movimento de clara desaceleração, ainda que com intensidades diferentes. No caso dos bens industriais, observa-se que, no acumulado em doze meses, até fevereiro, a inflação deste grupo aponta alta de apenas 0,9%, com destaque para a deflação de 0,7% dos bens de consumo duráveis. Por certo, além do bom comportamento dos preços das matérias-primas, o ainda elevado patamar da taxa de juros e, embora em queda nos últimos meses, o alto nível de endividamento das famílias vem inibindo uma retomada mais acentuada da demanda neste setor, impedindo, por conseguinte, reajustes de preços mais fortes. Já em relação aos serviços livres, nota-se que, embora em ritmo reduzido, este segmento também vem contribuindo para o processo de desinflação, tendo em vista que a alta de 5,3%, nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, é a menor já registrada nos últimos dois anos. Em contrapartida, a mudança de trajetória dos preços dos alimentos vem impedindo um recuo ainda mais forte da inflação brasileira. De fato, após apresentar sucessivas deflações ao longo do segundo semestre de 2023, este conjunto de preços iniciou um processo de recuperação a partir de outubro passado, que acabou se intensificando no primeiro bimestre do ano, considerando a ocorrência de efeitos climáticos mais adversos. Deste modo, a inflação em doze meses dos alimentos no domicílio avançou de -0,5% em dezembro para 1,8% em fevereiro.

Maria Andréia Parente Lameiras

Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Marcelo Lima de Moraes

Assistente de pesquisa na Dimac/Ipea

marcelo.moraes@ipea.gov.br

Divulgado em 28 de março de 2024.

Diante deste cenário favorável, que pouco se alterou no último trimestre, as projeções inflacionárias para 2024, feitas pelo Grupo de Conjuntura do Ipea, para o IPCA e para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foram mantidas em 4,0% e 3,8%, respectivamente, ainda que com algumas mudanças de composição. Por certo, mesmo diante de uma piora nas estimativas da inflação de alimentos, este incremento inflacionário foi anulado pela alta menos intensa observada nos serviços de educação, ocorrida em fevereiro, que gerou um recuo das previsões para o total dos serviços livres, em 2024. Deste modo, no caso do IPCA, enquanto a projeção para a inflação de alimentos avançou de 3,9% para 4,1%, impactada pelos aumentos acima dos previstos no primeiro bimestre do ano, a estimativa para os serviços livres recuou de 5,0% para 4,8%, refletindo um reajuste mais ameno dos serviços de educação (6,3%) ante o projetado anteriormente (7,5%). Para os demais segmentos, as expectativas de inflação foram mantidas em 4,4%, para os preços administrados, e em 2,1%, para os bens industriais. Já em relação ao INPC, a previsão da inflação de alimentos em 2024 saltou de 4,1% para 4,4%, enquanto a alta projetada para os serviços livres recuou de 4,7% para 4,6%, dado a melhora no desempenho dos serviços de educação, cuja variação estimada passou de 7,0% para 6,1%. Por fim, as projeções para os administrados e os bens industriais se mantiveram em 4,2% e 1,9%, respectivamente. Deve-se registrar, no entanto, que o balanço de riscos para a inflação brasileira em 2024 leva em consideração a ocorrência de fatores que podem intensificar ou atenuar este processo de descompressão dos índices de preços. Entre os fatores que podem auxiliar o processo de desinflação brasileiro, destaca-se a hipótese de uma desaceleração global mais intensa, que traria não só um alívio adicional sobre as cotações das *commodities* no mercado internacional, mas também permitiria a adoção de uma política monetária externa menos restritiva, reduzindo o nosso diferencial de juros e possibilitando uma apreciação cambial.

Deve-se registrar, no entanto, que o balanço de riscos para a inflação brasileira em 2024 leva em consideração a ocorrência de fatores que podem intensificar ou atenuar este processo de descompressão dos índices de preços. Entre os fatores que podem auxiliar o processo de desinflação brasileiro, destaca-se a hipótese de uma desaceleração global mais intensa, que traria não só um alívio adicional sobre as cotações das *commodities* no mercado internacional, mas também permitiria a adoção de uma política monetária externa menos restritiva, reduzindo o nosso diferencial de juros e possibilitando uma apreciação cambial.

Em sentido contrário, uma expansão mais forte da demanda internacional, assim como o acirramento dos conflitos internacionais, pode gerar efeitos altistas sobre as *commodities*, impactando os custos de produção e, por conseguinte, o nível de preços. Ainda no conjunto de fatores que podem limitar a velocidade do processo de desinflação, ressalta-se que o crescimento mais robusto da atividade econômica brasileira, em 2024, também pode gerar pressões inflacionárias adicionais, sobretudo no setor de serviços. De fato, diante das condições mais apertadas do mercado de trabalho, o efeito do aumento do nível de atividade sobre os salários impactaria negativamente os custos de produção do setor de serviços, em especial os relacionados aos segmentos de menor produtividade e altamente intensivos em mão de obra, como os serviços pessoais. Adicionalmente, a expansão da massa salarial permitiria um crescimento mais intenso da demanda interna, pressionando também os preços dos bens de consumo. Por fim, efeitos mais fortes do El Niño sobre diversos cultivos podem ocasionar reajustes mais fortes dos alimentos ao longo do ano, contribuindo para uma desaceleração menos intensa da inflação em 2024.

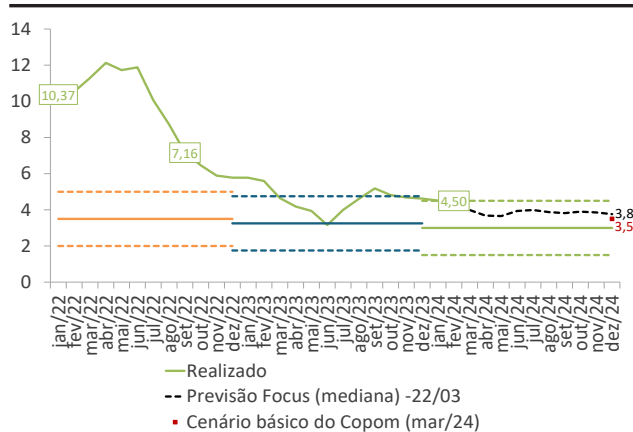
1 Inflação: aspectos gerais e projeções

Os dados mais recentes mostram que, a despeito da reversão da trajetória de queda dos preços dos alimentos, o processo de desinflação da economia brasileira segue em curso, beneficiado pela melhora no comportamento dos bens industriais e dos preços administrados. Em fevereiro, no acumulado em doze meses, a curva de inflação brasileira, medida pelo IPCA recuou pela quinta vez consecutiva, de modo que a taxa apurada de 4,5% já se encontra, novamente, dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para o ano (3,0%). A tendência é de que este cenário corrente de descompressão inflacionária se mantenha ao longo do ano, mesmo diante de uma alta mais forte dos preços dos alimentos. De acordo com as expectativas de mercado – retratadas no relatório *Focus*, do Banco Central do Brasil (BCB) –, a inflação medida pelo IPCA deve ficar em 3,8%, em 2024, atingindo patamar abaixo do observado em 2023 (4,6%). Já o cenário-base do Comitê de Política Monetária (Copom), em março, projeta uma alta de preços ainda menos intensa (3,5%) para o ano corrente, comparativamente à registrada no ano anterior (gráfico 1).

Ao longo dos últimos meses, os dados desagregados mostram que, embora a maior pressão sobre a inflação brasileira ainda resida no comportamento dos preços administrados, este grupo de bens e serviços já apresenta sinais de desaceleração (gráfico 2). Por certo, após registrar alta de 10,2% no acumulado em doze meses, em setembro, a variação observada, em fevereiro, já havia recuado para 8,6%. Assim como os administrados, a inflação dos bens industriais também apresenta uma trajetória de queda, tendo em vista que, nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, a alta de preços apurada neste segmento é de apenas 0,9%. Já em relação aos serviços livres, nota-se que, embora em ritmo reduzido, este grupo também vem contribuindo para este processo de desinflação, dado que a alta de 5,3%, observada em fevereiro, é a menor registrada nos últimos dois anos. Em contrapartida, a mudança no comportamento dos preços dos alimentos vem impedindo um recuo ainda mais forte da inflação brasileira. De fato, após registrar sucessivas deflações ao longo do segundo semestre de 2023, este conjunto de preços iniciou um processo de retomada a partir de outubro passado, de modo que em fevereiro a alta acumulada em doze meses já era de 1,8%.

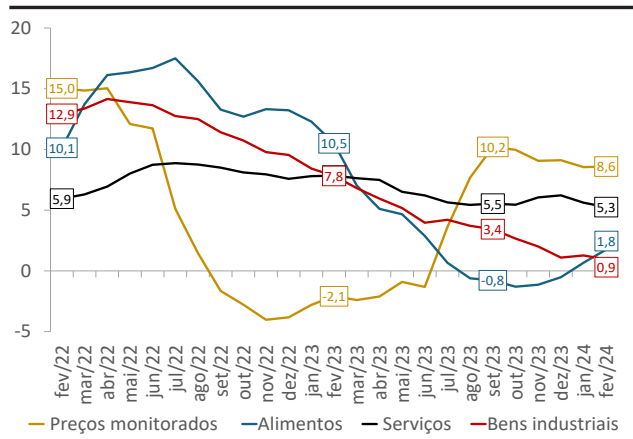
Deve-se pontuar, entretanto, que, diferentemente do ocorrido no varejo, a deflação dos preços agrícolas no atacado voltou a se intensificar no último trimestre. Segundo o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), os preços agrícolas registram queda de 13,3% no acumulado em doze meses, até fevereiro (gráfico 3). Ainda que

GRÁFICO 1
IPCA: taxa de variação acumulada em doze meses e metas de inflação
 (Em %)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

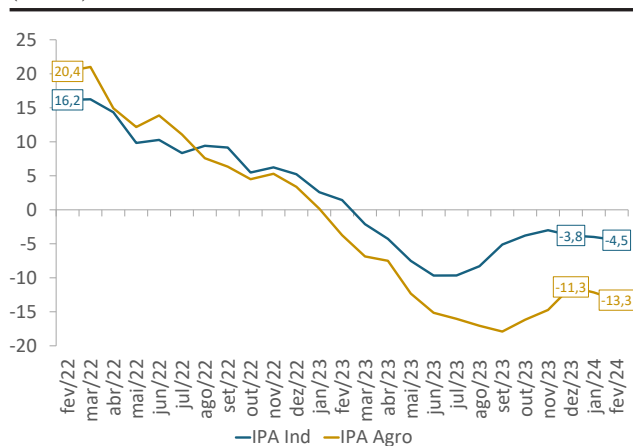
GRÁFICO 2
IPCA: taxa de variação acumulada em doze meses – total e categorias
 (Em %)



Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

em menor intensidade, a deflação dos preços industriais no atacado também voltou a se acentuar nos meses mais recentes, chegando a 4,5%, em fevereiro. Por fim, nota-se que este quadro de preços ao produtor em desaceleração ocorre mesmo diante de uma estabilidade das cotações das *commodities* agrícolas e industriais, no mercado internacional, e de uma leve depreciação cambial nos últimos meses (gráfico 4).

GRÁFICO 3
IPA: taxa de variação acumulada em doze meses
(Em %)

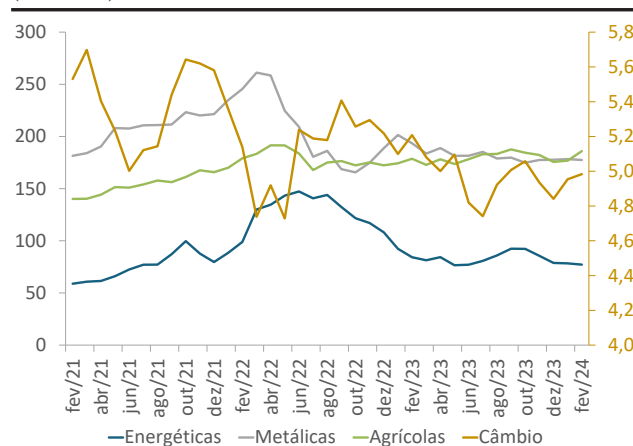


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Aliado a esta melhora nos índices de preços, o processo de descompressão inflacionária pelo qual a economia brasileira vem passando é ratificado pelo desempenho mais favorável dos indicadores de núcleo da inflação (gráfico 5). Com efeito, observa-se que, na média, essas métricas já registram variações em doze meses (4,1%), correndo abaixo das apontadas pelo índice cheio.

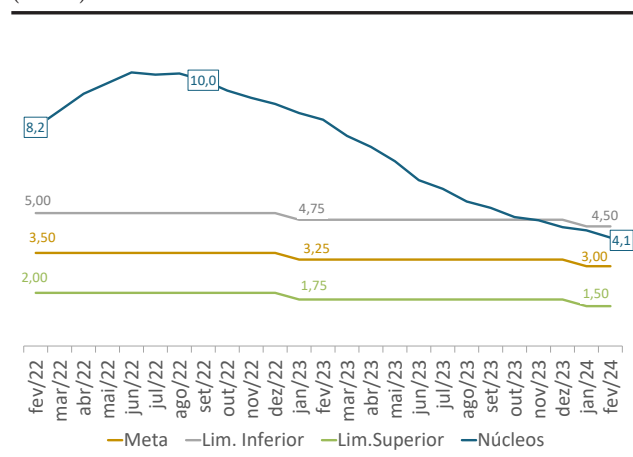
Diante deste cenário favorável, que pouco se alterou no último trimestre, as projeções inflacionárias feitas pelo Grupo de Conjuntura do Ipea, para 2024, foram mantidas em 4,0%, para o IPCA, e em 3,8%, para o INPC, ainda que com algumas mudanças de composição. Por certo, apesar da piora nas estimativas para a inflação de alimentos, este incremento inflacionário foi anulado pela alta menos intensa observada nos serviços de educação, ocorrida em fevereiro, gerando um recuo das previsões para os serviços livres. No caso do IPCA (tabela 1), enquanto a projeção para a inflação de alimentos avançou de 3,9% para 4,1%, impactada pelos aumentos acima dos previstos no primeiro bimestre do ano, a estimativa para os serviços livres recuou de 5,0% para 4,8%, refletindo um reajuste mais ameno dos serviços de educação (6,3%) ante o projetado anteriormente (7,5%). Para os preços administrados e para os bens industriais, as expectativas de inflação foram mantidas em 4,4% e 2,1%, respectivamente.

GRÁFICO 4
Índice de commodities e taxa de câmbio
(Em US\$)



Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Dez./2005=100 e taxa de câmbio R\$/US\$.

GRÁFICO 5
IPCA: média de núcleos acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

IPCA: projeção para 2024

(Em % e p.p.)

	Peso	Projeção anterior - Dezembro/23		Projeção atual - Março/24	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2023	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2023
Alimentos no domicílio	16,0	3,9%	0,6	4,1%	0,7
Bens industriais	23,5	2,1%	0,5	2,1%	0,5
Serviços - totais	34,6	5,0%	1,7	4,8%	1,7
Serviços - exceto educação	29,7	4,6%	1,4	4,6%	1,4
Educação	5,0	7,5%	0,4	6,3%	0,3
Administrados	25,9	4,4%	1,1	4,4%	1,1
IPCA	100,0	4,0%		4,0%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Do mesmo modo, a previsão de alta dos alimentos no INPC, em 2024, saltou de 4,1% para 4,4%, enquanto a alta projetada para os serviços livres recuou de 4,7% para 4,6%, dado a melhora no desempenho dos serviços de educação, cuja variação estimada passou de 7,0% para 6,1% (tabela 2). Em relação aos demais preços, as projeções para os administrados e os bens industriais se mantiveram em 4,2% e 1,9%, nesta ordem.

TABELA 2

INPC: projeção para 2024

(Em % e p.p.)

	Peso	Projeção anterior - Dezembro/23		Projeção atual - Março/24	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2023	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2023
Alimentos no domicílio	19,5	4,1%	0,8	4,4%	0,9
Bens industriais	26,7	1,9%	0,5	1,9%	0,5
Serviços - totais	28,5	4,7%	1,4	4,6%	1,3
Serviços - exceto educação	25,0	4,3%	1,1	4,3%	1,1
Educação	3,5	7,0%	0,3	6,1%	0,2
Administrados	25,3	4,2%	1,1	4,2%	1,1
INPC	100,0	3,8%		3,8%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

É preciso salientar, entretanto, a existência de um balanço de riscos para a inflação brasileira em 2024, balizado pela ocorrência de fatores que podem intensificar ou atenuar este processo de descompressão dos índices de preços. Entre os fatores que podem auxiliar o processo de desinflação brasileiro, destaca-se a hipótese de uma desaceleração global mais intensa, que traria não só um alívio adicional sobre as cotações das *commodities* no mercado internacional, mas também permitiria a adoção de uma política monetária externa menos restritiva, reduzindo o nosso diferencial de juros e possibilitando uma apreciação cambial.

Em sentido contrário, uma expansão mais forte da demanda internacional, assim como o acirramento dos conflitos internacionais, pode gerar efeitos altistas sobre as *commodities*, impactando os custos de produção e, por conseguinte, o nível de preços. Ainda no conjunto de fatores que podem limitar a velocidade do processo de desinflação, ressalta-se que o crescimento mais robusto da atividade econômica brasileira, em 2024, também é capaz de gerar pressões inflacionárias adicionais, principalmente sobre o setor de serviços. De fato, diante das condições mais apertadas do mercado de trabalho, o efeito do aumento do nível de atividade sobre os salários impactaria negativamente os custos de produção do setor de serviços, em especial os relacionados aos segmentos de menor produtividade e altamente intensivos em mão de obra, como os serviços pessoais. Adicionalmente, a expansão da massa salarial permitiria um crescimento mais intenso da demanda interna, pressionando também os preços dos bens de consumo. Por fim, efeitos mais fortes do El Niño sobre diversos cultivos podem ocasionar reajustes mais fortes dos alimentos ao longo do ano, contribuindo para uma desaceleração menos intensa da inflação em 2024.

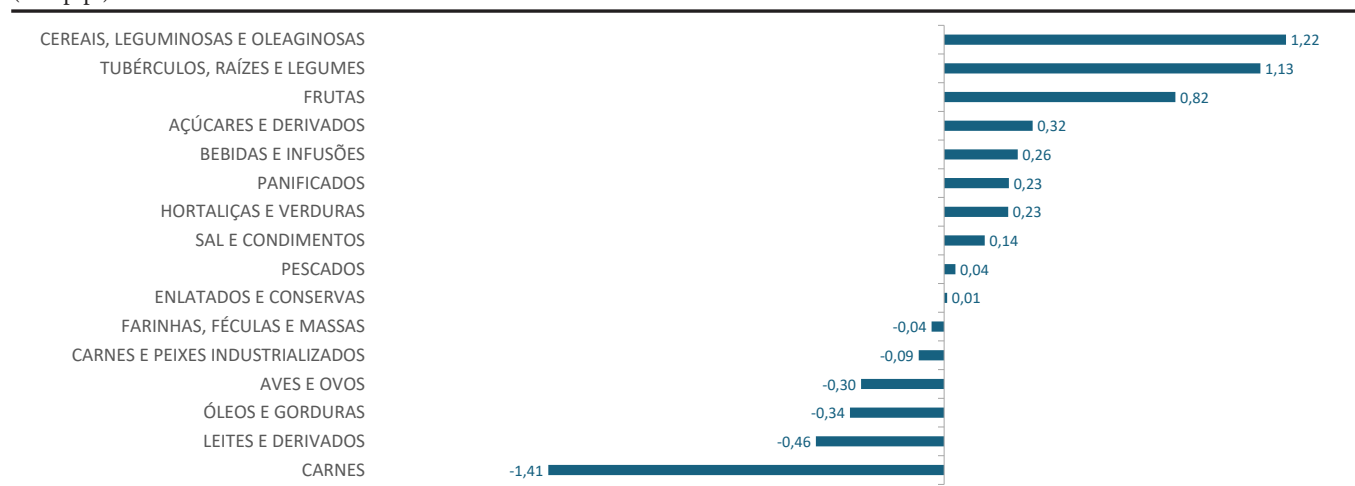
2 Inflação de alimentos

Após registrar um comportamento bem favorável ao longo de 2023, incluindo sucessivas deflações, a inflação dos alimentos no domicílio iniciou, no fim do ano passado, um movimento de aceleração, que se acentuou nos primeiros meses de 2024. Deste modo, no acumulado em doze meses, a taxa de variação dos preços dos alimentos no domicílio avançou de -0,5%, em dezembro, para 1,8%, em fevereiro. Os dados desagregados mostram que, nos últimos doze meses, as principais contribuições à inflação dos alimentos (gráfico 6) vieram dos cereais, leguminosas e oleaginosas (1,22 p.p.) e dos tubérculos, raízes e legumes (1,13 p.p.). Em contrapartida, as quedas acumuladas dos preços das carnes e de leites e derivados atuaram como fatores de alívio inflacionário.

GRÁFICO 6

Alimentos no domicílio: contribuições à inflação acumulada em doze meses

(Em p.p.)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota-se, entretanto, que, embora esperada, a alta dos preços dos alimentos em janeiro e fevereiro surpreendeu negativamente ao apontar uma aceleração acima da prevista. No primeiro bimestre de 2024, a inflação dos alimentos registrou taxa de 2,95%, situando-se bem acima da observada no mesmo período do ano anterior (0,64%). De acordo com a tabela 3, os segmentos com maiores altas em 2024, comparativamente a 2023, são os dos tubérculos, cereais e aves e ovos, cujas taxas de inflação saltaram de -8,1%, 5,5% e -1,9% para 16,0%, 11,0% e 1,7%, respectivamente.

Desta forma, tendo em vista que o comportamento dos preços dos alimentos registrado nos primeiros meses do ano se mostrou menos favorável que o projetado anteriormente e levando-se em consideração que os efeitos climáticos mais intensos advindos do El Niño ainda podem impactar negativamente a produção dos alimentos *in natura* em março e abril, as projeções para a inflação deste segmento, feitas pelo Grupo de Conjuntura do Ipea, em 2024, foram revistas para cima. No caso do IPCA, a alta projetada para o ano avançou de 3,9% para 4,1%, ao passo que a estimada para o INPC passou de 4,1% para 4,4% (tabelas 1 e 2).

TABELA 3

IPCA: alimentos no domicílio por segmentos
(Variação acumulada no ano, em %)

	Jan.-Fev./23	Jan.-Fev./24
Alimentação no domicílio	0,64	2,95
Cereais, leguminosas e oleaginosas	5,52	10,99
Farinhas, féculas e massas	2,25	0,35
Tubérculos, raízes e legumes	-8,15	16,02
Açúcares e derivados	0,81	0,36
Hortaliças e verduras	14,15	4,20
Frutas	5,91	9,00
Carnes	-1,68	-0,50
Pescados	1,91	1,77
Carnes e peixes industrializados	0,42	0,84
Aves e ovos	-1,87	1,67
Leite e derivados	2,46	1,78
Panificados	1,10	0,21
Óleos e gorduras	-1,50	1,93
Bebidas e infusões	1,41	1,63
Enlatados e conservas	1,16	-0,10
Sal e condimentos	-0,49	-0,08

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

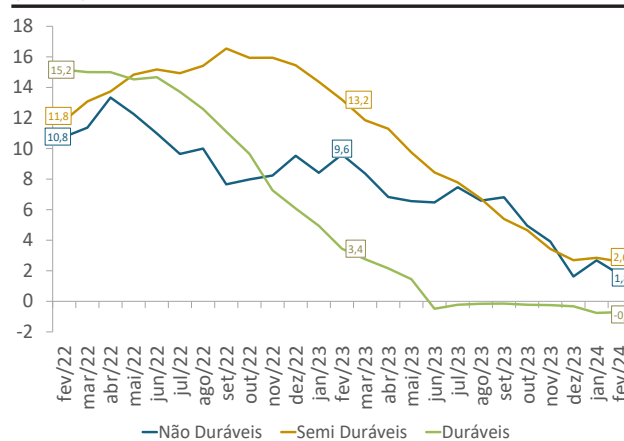
3 Inflação de bens e serviços

Os dados do último trimestre mostram que o processo de desaceleração da inflação dos bens industriais, iniciado em abril de 2022, manteve-se em curso, de forma que, no acumulado em doze meses, até fevereiro, a alta de preços apontada neste segmento é de apenas 0,9% (gráfico 2). Nota-se, no entanto, que, embora todos os subgrupos que compõem este conjunto de produtos estejam apresentando desempenhos recentes mais favoráveis, a principal contribuição à desinflação deste segmento veio dos bens de consumo duráveis, com deflação de 0,7%, no acumulado em doze meses até fevereiro (gráfico 7).

Os dados desagregados revelam que, nos últimos doze meses, a queda dos bens duráveis reflete, especialmente, o recuo de 2,9% dos preços dos eletroeletrônicos. De fato, além do bom comportamento dos preços das matérias-primas, o ainda elevado patamar da taxa de juros e, embora em queda nos últimos meses, o alto nível de endividamento das famílias vem inibindo uma retomada mais acentuada da demanda neste setor, impedindo, por conseguinte, reajustes de preços mais fortes. Já para os bens de consumo semiduráveis e não duráveis, os principais pontos de alívio inflacionário, no período, vieram das quedas dos utensílios de cama, mesa e banho (-3,8%) e dos artigos de limpeza (-1,2%), respectivamente.

GRÁFICO 7

IPCA: bens de consumo industriais – variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em relação ao observado no ano, a tabela 4 mostra que, à exceção dos bens de consumo não duráveis, com taxa de inflação levemente maior em 2024, tanto os bens de consumo duráveis como não duráveis apresentam altas um pouco menos intensas este ano, comparativamente às registradas em 2023.

TABELA 4

IPCA: bens de consumo industriais por segmentos

(Variação acumulada no ano, em %)

	Jan.-Fev./23	Jan.-Fev./24
Bens de consumo duráveis	0,9	0,5
Mobiliário	1,3	0,2
Eletroeletrônicos	0,5	0,3
Automóveis	1,5	0,8
Motocicleta	2,2	1,7
Bens de consumo semiduráveis	0,1	0,0
Utensílios e enfeites	0,3	-0,4
Cama, mesa e banho	1,6	-0,9
Vestuário	-0,5	-0,3
Bens de consumo não duráveis	1,1	1,2
Artigos de reparo na residência	0,5	1,0
Artigos de limpeza	1,6	-0,8
Artigos de higiene	1,5	1,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No caso dos serviços livres, observa-se que, mesmo diante de um recuo gradativo, a inflação deste grupo ainda mostra certa resiliência. No acumulado em doze meses, até fevereiro, a inflação de serviços aponta alta de 5,3%, pressionada, sobretudo, pelos reajustes dos serviços pessoais e de recreação (5,1%) e de educação (6,6%), como mostra o gráfico 8.

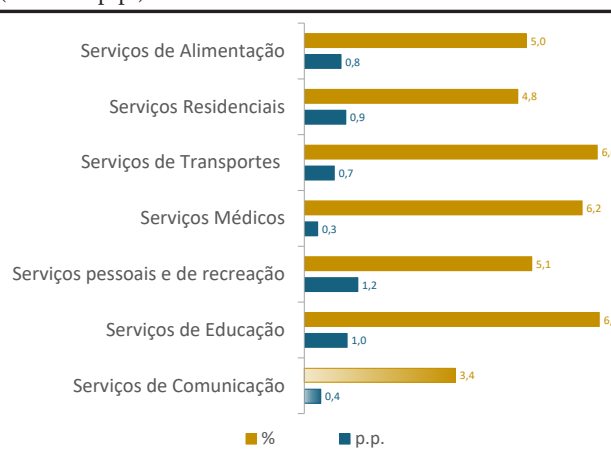
No acumulado do primeiro bimestre de 2024, a inflação dos serviços registra alta de 1,1%, mantendo-se 0,9 p.p. abaixo da taxa registrada no mesmo período de 2023, beneficiada, especialmente, pela melhora no comportamento dos serviços de transportes e de educação (tabela 6). No primeiro caso, a queda de 24,8% das passagens aéreas este ano foi bem mais acentuada que a apontada no ano anterior (-8,9%). De modo semelhante, o reajuste de 6,1% das mensalidades, em 2024, foi menor que o praticado em 2023 (7,6%).

De maneira geral, os dados do primeiro bimestre do ano ratificam a trajetória projetada anteriormente para 2024, que conjuga uma leve aceleração dos preços dos bens industriais e a continuação do processo de desaceleração dos preços dos serviços, ainda que em ritmo reduzido. No caso dos bens industriais, as projeções de inflação do Grupo de Conjuntura do Ipea para este segmento foram mantidas em 2,1%, no IPCA, e em 1,9%, no INPC.

GRÁFICO 8

IPCA: inflação de serviços livres acumulada em doze meses – variação e contribuição

(Em % e p.p.)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 5

IPCA: serviços livres por segmentos

(Variação acumulada no ano, em %)

	Jan.-Fev./23	Jan.-Fev./24
Serviços totais	2,0	1,1
Serviços de Alimentação	1,1	0,7
Serviços Residenciais	1,1	1,1
Serviços de Transportes	-2,0	-5,5
Serviços Médicos	1,6	1,8
Serviços pessoais e de recreação	1,3	1,0
Serviços de Educação	7,1	5,6
Serviços de Comunicação	4,2	2,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Já em relação aos serviços livres, nota-se que, embora os dados mais recentes sinalizem uma atividade econômica um pouco mais intensa que a estimada anteriormente, as expectativas para a inflação deste grupo foram revistas levemente para baixo, devido exclusivamente ao comportamento dos serviços de educação. Por certo, dado que os reajustes das mensalidades escolares vieram abaixo dos projetados, a inflação dos serviços de educação recuou de 7,5% para 6,3%, no IPCA, e de 7,0% para 6,1%, no INPC. Desta forma, a inflação fechada para os serviços passou de 5,0% para 4,8%, no IPCA, e de 4,7% para 4,6%, no INPC.

4 Inflação de preços monitorados

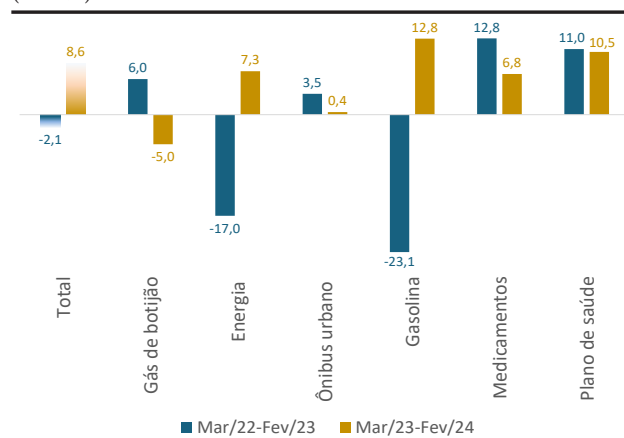
Apesar da melhora nos últimos meses, a alta dos preços dos bens e serviços administrados ainda se constitui no principal foco inflacionário da economia brasileira. No acumulado em doze meses (gráfico 9), este grupo registra alta de 8,6%, atingindo patamar bem acima do observado no mesmo período de 2023 (-2,1%). Nota-se, entretanto, que grande parte da pressão exercida sobre este segmento, vindo da reoneração dos combustíveis, ocorrida em março, já está praticamente dissipada, o que acarretará uma desaceleração mais intensa desse grupo nos próximos meses. Adicionalmente, a expectativa de reajustes menos intensos dos planos de saúde e dos medicamentos neste ano, comparativamente aos observados em 2023, ajuda a corroborar este cenário de preços administrados mais comportados em 2024.

Desta forma, tendo em vista que o ambiente inflacionário relativo aos preços dos bens e serviços administrados esperado para 2024 – balizado, especialmente, pelas expectativas de relativa estabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional e de manutenção dos níveis dos reservatórios em patamares confortáveis – não se alterou nos últimos meses, as projeções para a inflação deste segmento para o ano foram mantidas. Enquanto para o IPCA a alta esperada é de 4,4%, para o INPC a taxa estimada é de 4,2%.

GRÁFICO 10

IPCA: inflação de preços monitorados – variação acumulada em doze meses

(Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas..